

# Entre o digital e o urbano: Leituras do espaço em transformação

*Between the digital and the urban: Reading the space in transformation*

**Isabel Cristina Carvalho<sup>1</sup>, Sílvia Leiria Viegas<sup>2</sup>, Adriana Nascimento<sup>3</sup>, Tamara Tania Cohen Egler<sup>4</sup>**

Este dossier temático sobre o digital e o urbano, aqui apresentado como uma série de leituras sobre um espaço em transformação, resulta da articulação de vários projetos e linhas individuais de pesquisa: *Gender in Map – women empowerment in planning and urban development*, concluído no Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade Aberta (CIAC, UAb), por Isabel Cristina Carvalho, em 2025; *Refugee Research for (Post)Covid-19. National Measures and Local Actions in the Algarve: A Digital Tour for Access to Adequate Housing and Living Conditions*, em desenvolvimento no Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve (CIAC, UAlg), por Sílvia Leiria Viegas, desde 2022; *Iconografias e narrativas dos caminhos históricos: estudos territoriais*, em desenvolvimento na Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), por Adriana Nascimento, desde 2023; e, ainda, da experiência de Tamara Tania Cohen Egler – professora titular no IPPUR/UFRJ, aposentada Emérita da Faperj, Pesquisadora do CNPq e Cientista do Nosso Estado – no campo do Planeamento Urbano e Regional, das *Big tech*, e das redes sociotécnicas e democracia no território. Estes cruzamentos, feitos a partir da relação disciplinar da arquitetura com outras disciplinas e temas, permitem descodificar um mundo em rápida e profunda transformação. Os diálogos estabelecidos são feitos, sobretudo, a partir de Portugal e do Brasil.

Que mudanças podemos observar no espaço urbano, dado o avanço da ciência informática e computacional? Partimos desta questão sabendo que a sobreposição de equipamentos de informática e de dados matemáticos sustenta todo um espaço digitalizado de redes sociotécnicas que está a transformar a economia mundial, o modo de produção capitalista, as relações sócio-políticas e a vida quotidiana. Isto acarreta profundas implicações para a democracia, que se encontra em crise. Devemos, portanto, examiná-la à luz de um posicionamento crítico que questione o papel das corporações-plataformas na formação das redes tecnopolíticas. Se, por um lado, estas redes facilitam a instantaneidade dos fluxos de comunicação e a formação de coletivos, por outro, tendem a difundir narrativas fictícias, manipulando a realidade e ameaçando fundamentos democráticos. De forma sistémica e orientada, acabam por transformar a generalidade das subjetividades e perceções coletivas em benefício, por exemplo, do avanço da extrema direita.

Visamos, neste dossier, mostrar como a tecnologia digital está a contribuir para a transformação do urbano, por um lado, no que se refere a modelos de governação e, por outro, a mobilizações

<sup>1</sup> CIAC-UAb, Portugal, [isabel.carvalho \[at\] uab.pt](mailto:isabel.carvalho@uab.pt)

<sup>2</sup> CIAC-UAlg, Portugal, [sbviegas \[at\] ualg.pt](mailto:sbviegas@ualg.pt)

<sup>3</sup> UFSJ, Brasil, [adrianan \[at\] ufsj.edu.br](mailto:adrianan@ufsj.edu.br)

<sup>4</sup> IPPUR/ UFRJ, Brasil, [tamaraegler \[at\] gmail.com](mailto:tamaraegler@gmail.com)

sociais geradas a partir das vivências dos coletivos. No que toca à governação, falamos de uma crescente tendência de polarização e de exclusão, mas também de reações das bases na origem de mobilizações sociais. Entendemos que as ferramentas digitais permitem novas práticas – por exemplo de análise, suporte e mediação – associadas aos estudos urbanos, e que os dados digitais resultantes dessas dinâmicas podem ser utilizados para entender e responder aos desafios urbanos. Efetivamente, são muitos os que utilizam ferramentas digitais, incluindo redes sociais e aplicativos, para participar, intervir e influenciar modelos e formas de governação, consolidando novas formas de expressão de cidadania. Assente nesta relação entre espaço digital e urbano, e em formas de participação e colaboração, explora-se a possibilidade de transformação e de construção de cidades e sociedades menos desiguais, e mais inclusivas e justas.

O dossier começa com dois artigos sobre o papel do espaço digital (tecnológico, algorítmico) na transformação do espaço de poder. Tamara Tania Cohen Egler, Thiago Costa Pereira e Juan Manuel Salmenton, em “Technopower on twitter platform”, destacam a necessidade e a urgência da análise das redes tecnopolíticas para esclarecer políticas públicas e proteger as instituições democráticas. Tendo o Brasil como caso de estudo, os autores defendem a regulação e colocação de limites ao exercício das empresas de tecnologia da informação e plataformas, tendo em conta o seu papel na destruição dos alicerces da democracia contemporânea. Sublinhamos que estas redes tecnopolíticas tendem a promover subjetividades e narrativas polarizadas de grande alcance político, espacial e social. Por sua vez, Ivaldo de Lima, no seu artigo “A representação algorítmica da cidade contemporânea: Estratégias e táticas no enfrentamento da sociabilidade violenta no Rio de Janeiro”, revisita este alcance, concluindo que injustiças territoriais agravadas por contextos de violência refletem a ambiguidade da algoritmização do espaço urbano onde estas ocorrem. No entanto, a governança territorial e informal, articulada com a representação algorítmica da cidade, pode desafiar processos violentos e injustos, apontando para uma cidadania urbana mais autónoma alinhada com os direitos humanos.

O segundo conjunto de artigos refere-se ao espaço digital como um lugar da construção de cidadania ativa. Sílvia Leiria Viegas, em “Diversity, interculturalism and community building in the Algarve: Preliminary findings for (re)imagining a digital road map of hope”, introduz a ideia político-filosófica de esperança, entendida como ação e transformação, apontando-a para a construção de um guião e roteiro digital. Aqui, a autora construiu um quadro teórico-metodológico norteador cruzando-o com um quadro empírico inexplorado no centro algarvio. Este inclui percepções de imigrantes desfavorecidos, espacialmente segregados e socialmente discriminados. Por sua vez, Ana Carolina Farias, no artigo “HackaBIP: Possibilities and challenges of co-producing civic tech in Lisbon’s local development”, advoga a construção de universidades e cidades hackeáveis. A autora defende que a transdisciplinaridade académica, em diálogo com o engajamento cívico e a governação local, pode ampliar o desenvolvimento urbano. Nesta linha, apresenta o *hackaBIP civic hackathon*, um modelo participativo ligado à coconstrução de ferramentas digitais, e um contexto de estudo, o programa BIP/ZIP, um projeto municipal participativo para o desenvolvimento de Lisboa.

Os últimos dois artigos abordam a intersecção entre espaço digital e físico na construção de uma resistência feminista. Isabel Cristina Carvalho, em “Digital Media and Feminist Activism: Reclaiming inclusive urban spaces in the post-digital era”, reflete sobre o potencial dos média digitais no ativismo feminista para identificar práticas excludentes em contextos urbanos. A autora aborda, portanto, temas da cidadania digital, do feminismo e dos estudos urbanos, contextualizados em vários projetos e iniciativas digitais ativistas. Estas contribuem para a cocriação de cidades que valorizam a diversidade, a equidade e a acessibilidade. Já Gabriella Leite e Sílvia Leiria Viegas, em “A interseccionalidade como lente para o diálogo com o espaço urbano e o digital: Leituras sobre gênero, raça e classe no eixo Sul-Sudeste brasileiro”, explicam como o espaço físico (urbano) incorpora, espelha e reproduz lógicas de opressão e privilégio, sendo estas mediadas e amplificadas pelo espaço digital. Realmente, a interseccionalidade, enquanto teoria e práxis, configura uma lente poderosa para (re)ler processos fundadores de múltiplas desigualdades, como as experimentadas pelas mulheres pobres e racializadas.

Três outras contribuições se cruzam com os temas atrás destacados. O ensaio de Marcelo Castañeda, intitulado “Domínio do capital, redes e inovação na política: a busca por saídas”, traz mais uma reflexão crítica sobre a relação entre o espaço digital e poder sistémico, na medida em que aborda a ideia de contestação ao domínio corporativo capitalista neoliberal, e de uma contra-ação fora e dentro

da internet, apontada para a criação de ambientes alternativos. Por sua vez, o ensaio de Carolina Lemos, designado “A rede tecnopolítica #ELENÃO na hibridização do espaço urbano”, sublinha a importância da tecnopolítica feminista na luta contra a discriminação de género, configurando um estudo complementar sobre resistência feminista construída na interação urbano-digital. Por fim, o *policy-brief* de Adriana Nascimento e Isabela Freitas Cioni, “Rota de fuga em territórios urbano-minerados: narrativas em mídias digitais a partir de Congonhas, Minas Gerais (Brasil)”, contribui para a referida ideia de um espaço digital apontando para construção de uma cidadania ativa. As autoras trabalham sobre a relação entre comunicação pública e cidadania, entendidos como condições que contribuem para o direito à vida e à cidade

As últimas contribuições são feitas a partir da lente da arte e produção artística, tratando-se da entrevista que Adriana Nascimento e Renata Macedo fizeram à artista e curadora Giselle Beiguelman, apelidada de “Entre imagem e política no/do urbano”, e o testemunho da investigadora Melis Cin, “Aesthetic tensions and transversal politics in participatory arts practices”. A primeira, ou seja, a entrevista, procura sinalizar intervenções urbanas mediadas pelo espaço digital, a partir da experiência de S. Paulo (Brasil), e também debater a integração dos média digitais no espaço urbano na quotidianidade, na atualidade. No segundo caso, o testemunho, entre outras questões, a autora explora o potencial do *participatory video-making* em duas dimensões intercruzadas, a primeira referindo-se ao poder da crítica estética e a segunda aos espaços de exibição.

## Financiamento

O projeto 10.54499/CEECIND/04642/2017/CP1473/CT0001 foi financiado pela FCT (2019-2025) no quadro do Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual, <https://sciproj.ptcris.pt/4945EEC>. O projeto 2021.03008.CEECIND é financiado pela FCT (2022-2028) no quadro do Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual, <https://sciproj.ptcris.pt/7940EEC>